



Relatório
CMADS 2025

Comissão de
Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável





Caro leitor,

É com grande honra que apresento o **Relatório Anual de 2025 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Este foi um ano de trabalho intenso, diálogo qualificado e avanços fundamentais para o Brasil, especialmente diante da responsabilidade histórica de sediarmos a COP30 em Belém do Pará.

Ao longo de 2025, realizamos **62 reuniões deliberativas e técnicas, ouvimos 150 especialistas, autoridades, pesquisadores, lideranças indígenas e representantes da sociedade civil e apreciamos 235 propostas**. Esses resultados refletem o compromisso coletivo de uma comissão plural, dedicada e ativa, que reconhece a urgência da agenda ambiental.

Entre as grandes conquistas do ano, destaco a aprovação do orçamento de R\$ 1,8 bilhão para 2026, recurso essencial para fortalecer políticas de preservação ambiental, prevenção de tragédias climáticas, adaptação, fiscalização e promoção do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um orçamento que traduz, de forma concreta, o compromisso desta Comissão com um futuro mais seguro, equilibrado e responsável para todos os brasileiros.

O ano de 2025 também foi marcado pelo protagonismo da **CMADS na COP30, realizada pela primeira vez no Brasil e na Amazônia**. Participamos ativamente das discussões internacionais, dialogamos com governos, cientistas, organizações e movimentos sociais e levamos ao mundo a força da nossa biodiversidade, da bioeconomia e das soluções sustentáveis construídas na Amazônia.

A COP30 reafirmou aquilo que é evidente: o Brasil ocupa um lugar central no enfrentamento da crise climática, e a **CMADS tem atuado para transformar esse protagonismo em políticas públicas, marcos legais consistentes e novas oportunidades para o país**.

Agradeço a cada membro desta Comissão — titulares, suplentes e nossas equipes de assessores — pelo compromisso, pelas relatorias, pelos debates e pela construção conjunta. Meus agradecimentos também à sociedade civil, às entidades ambientais, às lideranças tradicionais e às instituições de pesquisa, que qualificaram nossos debates e fortaleceram nossa atuação ao longo do ano.

Convido todos a seguirmos firmes em nossos mandatos, **movidos por coragem, responsabilidade e visão de futuro**. Que o Parlamento siga como ambiente de construção democrática e diálogo permanente, reafirmando seu compromisso com a vida, com a Amazônia e com um Brasil onde **desenvolvimento e sustentabilidade caminham juntos**. Com respeito e dedicação,

Atenciosamente,
Elcione Barbalho
Presidente da CMADS

Boa Leitura!





Ilha do Combú, Belém - Pará

Foto: Rubens Gallerani Filho / Audiovisual / PR

SUMÁRIO

1. Presidência

Páginas 6 a 7 — Atividades e destaques da Presidência.

2. Membros

Páginas 8 a 12 — Composição e principais participações.

3. Audiências Públicas

Páginas 13 a 48 — Temas abordados e resultados alcançados.

4. Seminários

Páginas 49 a 79 — Principais encontros, reuniões e iniciativas complementares.

5. Mesa-Redonda e Outros Eventos

Páginas 80 a 99 — Eventos complementares e visitas técnicas.

6. Pareceres Aprovados

Páginas 100 a 117 — Decisões ao longo do período.

7. Estatísticas

Páginas 118 a 119 — Dados quantitativos e análises comparativas.

8. Lei Orçamentária Anual

Páginas 120 a 122 — Emendas aprovadas.

9. COP30

Páginas 123 a 127 — Participação, pautas e resultados do evento internacional.

Presidência

Deputada Federal Elcione Barbalho



Trajetória

A Deputada Federal Elcione Barbalho é uma das mais longevas e atuantes parlamentares do Pará. Está em seu sétimo mandato e também já foi a vereadora mais votada de Belém, no estado do Pará.

Pedagoga por formação, Elcione construiu uma trajetória marcada pela defesa das mulheres, da educação e do desenvolvimento social. É vice-presidente nacional do MDB, presidente do MDB Mulher Pará e presidente de honra do MDB Mulher Nacional, espaço que ajudou a criar para fortalecer a presença feminina na política.

Foi a primeira Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, cargo que ocupou de 2011 a 2017, e teve papel decisivo na criação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da Procuradoria da Mulher no Senado Federal. Também presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, espaço fruto de Projeto de Resolução de sua autoria, é vice-presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional e também já presidiu a Comissão de Seguridade Social e Família. Atualmente é a presidente da Comissão do Meio Ambiente e da Frente Parlamentar da COP-30.

Elcione é autora e coautora de leis fundamentais para a proteção das mulheres brasileiras, como a Lei do Stalking, a Lei Frida, e o Protocolo Não é Não, além de projetos que estimulam a participação feminina na política e reconhecem o valor das mães cuidadoras. Também é autora do Projeto que cria a Zona Franca de Bioeconomia no Estado do Pará.

Com uma trajetória de compromisso e sensibilidade, Elcione Barbalho é referência nacional na luta por igualdade, justiça e oportunidades para todas as mulheres.

Presidência

Presidente
Elcione Barbalho
(MDB/PA)



1° Vice
Nilto Tatto
(PT/SP)



2° Vice
Carlos Henrique Gaguim
(UNIÃO/TO)



3° Vice
Célio Studart
(PSD/CE)



Membros Titulares

Bandeira de Mello
(PSB/RJ)



Bruno Ganem
(PODE/SP)



Carlos Henrique Gagum
(UNIÃO/TO)



Célio Studart
(PSD/CE)



Coronel Chrisóstomo
(PL/RO)



Cristiane Lopes
(UNIÃO/RO)



Delegado Bruno Lima
(UNIÃO/RO)



Delegado Matheus Laiola
(UNIÃO/PR)



Dilvanda Faro
(PT/PA)



Duda Salabert
(PDT/MG)



Membros Titulares

Elcione Barbalho
(MDB/PA)



Felipe Becari
(UNIÃO/SP)



Geovania de Sá
(PSDB/SC)



Ivan Valente
(PSOL/SP)



Nilto Tatto
(PT/SP)



Socorro Neri
(PP/AC)



Túlio Gadêlha
(REDE/PE)



Zé Vitor
(PL/MG)



Membros Suplentes

Amom Mandel
(CIDADANIA/AM)



Camila Jara
(PT/MS)



Carlos Jordy
(PL/RJ)



Chico Alencar
(PSOL/RJ)



Clodoaldo Magalhães
(PV/PE)



Evair Vieira de Melo
(PP/ES)



Fernando Mineiro
(PT/RN)



Fred Costa
(PRD/MG)



Gilson Daniel
(PODE/ES)



Iza Arruda
(MDB/PE)



Membros Suplentes

Junio Amaral
(PL/MG)



Leônidas Cristino
(PDT/CE)



Luiz Carlos Busato
(UNIÃO/RS)



Sâmia Bomfim
(PSOL/SP)



Tabata Amaral
(PSB/SP)



Zé Silva
(SOLIDARIEDADE/MG)



Stefano Aguiar
(PSD/MG)



Outros membros no decorrer do ano

Erika Kokay
(PT/DF)



Lebrão
(UNIÃO/RO)



Marussa Boldrin
(MDB/GO)



Marcos Pollon
(PL/MS)



Marcelo Queiroz
(PSDB/RJ)



Pedro Aihara
(PRD/MG)



Pedro Campos
(PSB/PE)



Prof. Reginaldo Veras
(PV/DF)



Patrus Ananias
(PT/MG)



Renata Abreu
(PODE/SP)



An aerial photograph of a wide river winding through a vast, dense tropical forest. The sun is low on the horizon, casting a warm, golden glow over the scene. The sky is filled with soft, wispy clouds. The river's surface reflects the light, and the surrounding forest is a deep, vibrant green. The overall atmosphere is serene and natural.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

15 DE ABRIL

RELATÓRIO DA QUALIDADE DA ÁGUA NAS BACIAS DA MATA ATLÂNTICA

REQ 15/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

Na Audiência Pública os convidados afirmaram que o Brasil não tem mais problemas apenas com a qualidade das águas, mas também com a quantidade.

De acordo com os dados apresentados na Audiência Pública, o Brasil perdeu 1 milhão e 900 mil hectares de superfície coberta por água; apenas 7,6% dos rios monitorados na área de Mata Atlântica, em 17 estados, apresentaram qualidade boa. Nenhum manancial avaliado teve qualidade ótima.

Foram convidados: Gustavo Verones - Coordenador da Causa Água Limpa da SOS Atlântica, Malu Ribeiro - Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, Juliano Schirmbeck - Coordenador Técnico do MAPBiomias, Flávio Montiel - Diretor da Internacional Rivers.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

22 DE MAIO

DOSSIÊ DANOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE REPRODUTIVA

REQ 8/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO E REQ 8 E 38/2025 CDC - DEP. GISELA SIMONA

Foi realizada Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor para debater “Dossiê Danos dos Agrotóxicos na Saúde Reprodutiva: conhecer e agir em defesa da vida”. O referido dossiê atualiza e amplia a publicação anteriormente realizada por um coletivo formado por 45 pesquisadores e pesquisadoras de diversas universidades brasileiras e por institutos públicos de pesquisa que assessoram o movimento social na problemática dos agrotóxicos.

Convidados: Vivian Libório de Almeida - Diretora de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA; Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva - Sub-Procurador Regional do Trabalho - Ministério Público do Trabalho; Lia Giraldo da Silva Augusto - Médica Pesquisadora, Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco e Coordenadora Adjunta do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos para Tema Saúde Reprodutiva e Organizadora do Dossiê; Márcia Leopoldina Montanari Corrêa - Relatora do Dossiê e Membro do Grupo de Trabalho em Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco; Jakeline Pivato - Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST; Tamara Correia de Andrade - Especialista em Regulação do Instituto de Defesa dos Consumidores e Victor Torres Alves Da Costa - Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

26 DE MAIO

LIMITES DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA

REQ 12/2025 CMADS - DEP. GEOVANIA DE SÁ E REQ 54/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

Foi abordado na Audiência Pública que a atual delimitação da área de proteção ambiental da Baleia Franca foi feita de forma desproporcional e não contemplou áreas ambientalmente importantes para a preservação das baleias. O objetivo da área de proteção é fortalecer a proteção dos animais marinhos e do ecossistema local, além de reduzir conflitos de uso do solo.

Participaram: Iara Vasco Ferreira – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Mariana Cirne – Advocacia Geral da União (AGU), Laerte Silva – Prefeito do Município de Jaguaruna, Peterson Crippa – Prefeito do Município de Laguna, Monica Koch – Secretária do Meio Ambiente e da Economia Verde de SC, Natália Folster – Regularização Fundiária do Estado de Santa Catarina, Lauro Vilela – Associação de Moradores da Comunidade de Campos Verdes, Eduardo Conceição – Associação de Moradores do Balneário Paraíso, Cida Ferreira – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Paulo Horta – Professor Pesquisador do Depto. Botânica da UFSC.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

10 DE JUNHO

O PAPEL DA IRRIGAÇÃO FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

REQ 62/2025 CMADS - DEP. ZÉ VITOR

Na Audiência Pública foi debatida a importância da gestão das águas no aumento da produtividade agropecuária, na estabilidade dos sistemas de produção em diferentes biomas, na garantia da segurança alimentar da população e na manutenção e disponibilidade hídrica. O evento realizado nesta data em comemoração ao dia 15 de junho, data em que se celebra o Dia Nacional da Agricultura Irrigada. Por fim buscou discutir soluções ao acesso à energia elétrica em áreas rurais e à necessidade de uma nova estrutura institucional que promova a eletrificação eficiente, sustentável e economicamente viável da atividade agrícola irrigada.

Participaram: Dep. General Girão – Presidente da Frente Parlamentar Mista Semiárido, Maria Emília Alves – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem – ABID, Jordana Girardello- Assistência Técnica da Comissão Nacional de Irrigação – CNA.



8 DE JULHO

IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE HUMANA PROVOCADOS PELO TABACO, ÁLCOOL E ULTRAPROCESSADOS.

REQ 37/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO E REQ 37/2025 CDC - DEP. NILTO TATTO

Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor foi realizada com o objetivo de debater os impactos ambientais e sobre a saúde humana provocados na cadeia produtiva e nos resíduos provocados por produtos nocivos à saúde, como tabaco, álcool e ultraprocessados diante dos desafios contemporâneos ligados à promoção da saúde pública, à proteção ambiental e ao enfrentamento da crise climática.

Participaram: Jeffer Castelo Branco - Diretor da Associação de Combate aos Poluentes (ACPO) e Fundação Grupo Esquel Brasil; Marcos Woortmann - Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); Thais Mauad - Médica e Doutora em Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP); Adriana Pinheiro - Assessora de Incidência Política do Observatório do Clima; Lara Iwanicki - Diretora de Advocacy e Estratégia da Oceana; Paula Johns - Diretora-Executiva da Associação de Controle do Tabagismo, Promoção da Saúde e dos Direitos Humano (ACT); e Rodrigo Saraiva Marinho - Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

9 DE JULHO

DEBATE SOBRE A CRIAÇÃO DA ZONA FRANCA DE BIOECONOMIA (PL 4958/2023)

REQ 9/2025 CMADS - DEP. ELCIONE BARBALHO E REQ 2/2025 CDE - DEP. ALEXANDRE GUIMARÃES

Em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, os participantes ressaltaram a importância da sociobioeconomia na Amazônia e o potencial de exportação de produtos da biodiversidade do bioma. Destacaram que com a criação da zona franca será possível estimular o desenvolvimento regional, nos estados do Pará e Amapá, assim como a importância de garantir a sustentabilidade dos produtores rurais, ribeirinhos e indígenas.

Participaram: Bruna de Vita, Diretora de Políticas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Moisés Savian, Secretário de Governança Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

10 DE JULHO

ORGANIZAÇÃO E EXPECTATIVAS POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA COP30

REQ 14/2024 CPOVOS - DEP. DILVANDA FARO E REQ 29/2024 CMADS - DEP. NILTO TATTO

A Audiência Pública Conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais teve como objetivo tratar dos trabalhos de organização e das expectativas políticas de participação social para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que ocorreu em Belém, Pará. Além de trazer conhecimento e estimular o debate sobre os desafios que seriam enfrentados pelo poder público para organizar a realização da Conferência, como também, as estratégias de participação da sociedade civil.

Participaram: Maria Alaídes Alves de Sousa, Coordenadora-Geral do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; Ernando Ferreira Pinto, Coordenador da Rede Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil; Samuel Leite Caetano, Presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil; e Luciene Dias Figueiredo, Secretária Executiva do Fundo Babaçu, representando a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia; Marinalva Rodrigues da Silva, Coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; Célia Regina Neves, Representante da Rede Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil; Dorismere Vasconcelos, Membro da Comissão Política da Cúpula dos Povos; e Renata dos Reis Cordeiro, Assessora jurídica do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



10 DE JULHO

IMPACTOS E RISCOS DO PROJETO DE LEI DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (PL 2159/2021)

REQ 64/2025 CMADS - DEP. SOCORRO NERI E REQ 72/2025 CMADS - DEP. JUNIO AMARAL

Nos debates desta Audiência Pública, concluiu-se que poderá haver alteração em aspectos importantes no sistema de licenciamento ambiental, o que simplifica a aprovação em atividades consideradas "estratégicas". Foi abordado que o projeto gerou forte oposição e preocupação em parcela da sociedade civil, pesquisadores e especialistas do setor, devido ao receio de aumento exponencial do desmatamento e possíveis consequências ambientais decorrentes.

Participaram: Rodrigo Agostinho- Presidente do IBAMA; João Paulo Capobianco - Secretário-executivo do MMA; Alexandre Neumann - Coordenador Geral substituto de Meio Ambiente da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (CGMAB/DPP/DNIT); Daniel César Avelino - Procurador da República no Distrito Federal; Andrea Vulcanis - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD); Maurício Guetta - Diretor De Política e Direito da Organização Global em Campanhas de Ativismo Online (AVAAZ); Marcos Woortmann - Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); Suely Araújo - Coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima (OC); Caio Magri - Diretor-Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; Miriane Coelho - Presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS/PA); e Leonardo Roesler - Advogado.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



6 DE AGOSTO

PREPARATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DA 30ª CONFERÊNCIA SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
REQ 20/2025 CMADS - DEP. JUNIO AMARAL E REQ 1/2025 SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA COP30 -
DEP. DUDA SALABERT

A Audiência Pública tratou da dificuldade de oferta de hospedagens na capital paraense e tratou-se da proposta de disponibilização de opções mais acessíveis, especialmente destinadas a países insulares e menos desenvolvidos. Uma das principais metas da COP30 é elevar de US\$ 300 bilhões para US\$ 1,3 trilhão por ano o financiamento dos países ricos para a transição energética dos países em desenvolvimento a partir de 2035.

Entre as medidas estão: ampliação do papel dos bancos de investimento multilaterais no financiamento da transição energética, troca de dívidas de países por investimento em ações climáticas e taxações internacionais e ajustes na definição de risco dos países em desenvolvimento. Foi ressaltada a importância de uma participação ampla — incluindo sociedade civil, povos tradicionais e autoridades brasileiras para que o encontro na Amazônia fosse lembrado como “a COP da implementação”. Participou o Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP30.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

19 DE AGOSTO

RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA

REQ 39/2025 CMADS - DEP. CAROL DARTORA E DEP. NILTO TATTO E REQ 90/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

Na Audiência Pública foi abordada a importância da participação da sociedade civil nas negociações climáticas, considerando que as mudanças climáticas afetam de forma desproporcional comunidades negras, indígenas e tradicionais. Além disso, existe a necessidade de um diálogo mais qualificado entre sociedade civil e governo brasileiro. Por fim, foram apresentados programas governamentais voltados ao combate ao racismo ambiental, bem como os pilares da COP30 e suas ações específicas para incorporar a justiça climática.

Participaram: Augusto Santos – Coordenador da Secretaria de Políticas Quilombolas; Alice Amorim – Diretora de Programas da Presidência da COP30; Mônica Oliveira – Representante da Coalizão Negra Por Direitos; Marco Túlio Cabral – Chefe de Núcleo de Florestas Para a Cop30 do Ministério das Relações Exteriores (MRE); e Júlia Mascarello – Coordenadora-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade do Ministério da Fazenda (MF).



Foto: Victor Francisco



26 DE AGOSTO

O PAPEL DO SETOR DE SEGUROS FRENTE AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

REQ 49/2025 CMADS - DEP. EVAIR VIEIRA DE MELO

Na Audiência Pública os participantes destacaram a diferença entre o investimento em seguros e o custo de reconstrução após desastres de 6 bilhões para 100 bilhões de reais, no caso do Rio Grande do Sul, enfatizando a necessidade de expandir o acesso ao seguro. Foi ainda abordada a necessidade de soluções para enfrentar catástrofes naturais, incluindo a criação de modelos probabilísticos; a integração entre sistemas estatais e privados; e a importância de mapas de vulnerabilidade, de maneira que os planos de prevenção criados tenham maior robustez e eficácia.

Participaram: Aloisio Lopes – Secretário Nacional de Mudança do Clima (MMA); Cristina Fróes – Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda (MF); Alessandro Octaviani; Superintendente da Seguros Privados (SUSEP); Dyogo Oliveira; Presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg); João Rabelo, Diretor do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); e Pedro Farne D'amoed – CEO da Empresa Guy Carpenter Brasil.



Foto: Victor Francisco



2 DE SETEMBRO

CONFERE TÍTULO DE CAPITAL NACIONAL DAS CASCATAS AO MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO- RS (PL 2039/2024)

REQ 80/2025 E REQ 92/2025 CMADS - DEP. LUIZ CARLOS BUSATO

Na Audiência Pública realizada para debater o Projeto de Lei 2.039/2024, que confere o título de Capital Nacional das Cascatas ao município de Barracão, Rio Grande do Sul, os participantes destacaram que o município de Barracão tem 287 cascatas catalogadas, o que representa mais que 10% do total do município. A proposta busca promover o turismo sustentável, gerando novas oportunidades locais e destaque para as riquezas naturais da cidade.

Participaram: Luiz Carlos da Silva - Prefeito do Município de Barracão - RS; Joce Sales da Rosa - Presidente da Câmara Municipal de Barracão - RS; Thieli da Silva - Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município de Barracão-RS; e Elvio Jacobi - Vice-presidente do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).



Foto: Victor Francisco



7 DE OUTUBRO

A PERSPECTIVA DAS JUVENTUDES SOBRE A COP30

REQ 21/2025 CPOVOS E REQ 70/2025 CMADS - DEP. CÉLIA XAKRIABÁ E DEP. NILTO TATTO

A Audiência Pública conjunta teve como objetivo debater e preparar o debate para as discussões na COP30 sobre a vulnerabilidade da juventude rural, das águas, das florestas, do campo e das cidades, especialmente as afetadas pelas crises climáticas e falta de políticas públicas adequadas para adaptação e mitigação dos efeitos climáticos.

Participaram: Marcele Oliveira – Campeã climática da Juventude na COP30; Maria Eduarda Ferreira de Lira – Pesquisadora da Secretaria Nacional de Juventude; Lucas Marubo – Representante da Frente Parlamentar Indígena; Gleiciane Pismel – Representante da Aliança Povos pelo Clima; Jahiren Elizabeth Noriega Donoso – Deputada Nacional no Equador; Gabriel Adami – Secretário Executivo do GT Juventudes da Frente Parlamentar Mista Ambientalista; Tayanne Galeno – Coordenadora de Relações Governamentais do Instituto Alana; Sabrina Cabral – Diretora Executiva da Ruma: Juventudes Nordestinas por Comunidades Sustentáveis; Maria Eduarda de Lima Vasconcelos – Coordenadora Geral de Juventude do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Luan Cazati – Diretor de Advocacy da Coalizão Nacional de Juventudes pelo Clima e Meio Ambiente – Conjuclima; Marinelson Caçula Ferreira Da Silva – Representante de Amélias da Amazônia; Marcos Rocha – Representante do Movimento União BR; Pedro Oliveira – Representante do Nordeste Mov; e Raiara Pires – Secretária Executiva do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.



21 DE OUTUBRO

A PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS DECISÕES ENVOLVENDO A COP30

REQ 87/2025 CMADS - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA COP30

Audiência Pública realizada para debater a participação dos povos indígenas nos processos decisórios envolvendo a 30ª Conferência das Nações Unidas. Foi abordada a centralidade dos povos originários das terras indígenas no processo de controle das mudanças climáticas, já que contam com elevados índices de conservação no país; e suas práticas no uso dos recursos naturais, sem gerar esgotamento ou exaustão.

Participaram: Sônia Guajajara – Ministra de Estado dos Povos Indígenas; Marco Túlio Cabral – Coordenador do Núcleo de Florestas para a COP30; Sineia Do Vale Wapichana – Co-presidente do Caucus Indígena da UNFCCC; e Elcio Manchineri – Coordenador de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).



Foto: Victor Francisco

4 DE NOVEMBRO

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO

REQ 112/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

Na Audiência Pública foram debatidos os desafios relacionados aos incêndios florestais, incluindo as causas principais, estratégias de prevenção e a importância do manejo integrado do fogo para reduzir riscos em territórios rurais. Foram apresentados resultados positivos da implementação em 2025, incluindo uma redução de aproximadamente 50% na área queimada em relação à média histórica e as medidas adotadas como fortalecimento municipal e apoio ao Fundo Amazônia para prevenção e combate aos incêndios. Os participantes expuseram os avanços na implementação da política, destacando o Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo) como ferramenta essencial para unificar e integrar dados sobre incêndios e queimadas controladas no Brasil.

Participaram: Christian Niel Berlinck, Coordenador-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo (MMA) e Lawrence Nóbrega de Oliveira, Monitoramento e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo-IBAMA).



Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Foto: Victor Francisco

2 DE DEZEMBRO

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE BRIGADISTA FLORESTAL

REQ 109 E 130/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

Nos debates da Audiência Pública, os expositores destacaram que a Política Nacional do Manejo Integrado do Fogo (MIF) reconhece formalmente a profissão de brigadista florestal, estabelecendo diretrizes para formação, contratação e condições de trabalho, embora a regulamentação específica ainda seja necessária. Enfatizaram que existe a necessidade de reconhecimento legal dos direitos dos brigadistas, sugerindo a participação desses profissionais na elaboração dos planos de contingência e a necessidade de fortalecer a vigilância em saúde do trabalhador.

Convidados: Camila Lobo - Técnica Administrativa da Coordenação de Manejo Integrado do Fogo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (CEMIF/ICMBio); Flávia Saltini - Coordenadora-Geral Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama (Prevfogo/Dipro/Ibama); Carolina Mercante - Procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT); Rôney Nemer - Presidente do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Célio Henrique Da Silva - Membro da Comissão Pró-Regulamentação pela profissão de Brigadista Florestal; Rafael Gava - Representante da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias (RNBV).



Foto: Victor Francisco



11 DE DEZEMBRO

EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS POR VIA MARÍTIMA: IMPACTOS E RISCOS

REQ 67 E 135/2025 CMADS - DEP. DUDA SALABERT

Em Audiência Pública os expositores apresentaram os problemas na exportação de animais vivos, como confinamento insuficiente, falta de ventilação, danos físicos e mentais e risco de zoonoses para outros países. Também abordaram os riscos de acidentes dos navios utilizados, impactos econômicos, sociais e ambientais da exportação de animais vivos, ressaltando a importância e os benefícios de processar a carne no próprio país.

Participaram: Vania Plaza Nunes – Médica Veterinária e Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (FNPDA); George Sturaro – Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas da Mercy For Animals no Brasil (MFA); Maira Luiza Spanholi – Professora da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT); Leticia Filpi – Presidente da ONG Gaia Libertas e Diretora Jurídica da Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA); Paula Cardoso – Chefe do Departamento Jurídico da Mercy for Animals na América Latina (MFA); Patrícia Cláudia Aguiar – Coordenadora do Movimento Nacional Não Exporte Vidas.



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Sumaúma
Ceiba pentandra

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

An aerial photograph of a wide river winding through a vast, dense tropical forest. The sun is setting on the left side of the frame, casting a warm, golden glow over the scene. The sky is filled with soft, wispy clouds. The river's surface reflects the light from the sky and the surrounding greenery. The forest is a deep, vibrant green, with a variety of tree species visible. The overall atmosphere is serene and natural.

SEMINÁRIOS

6 DE MAIO

SEMINÁRIO PÓS 29ª CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP 29) DA CONVENÇÃO QUADRO DE CLIMA DAS NAÇÕES UNIDAS.

REQ 13/2025 CMADS - DEP. IVAN VALENTE E DEP. TALÍRIA PETRONE E REQ 1/25 CLP - DEP. TALÍRIA PETRONE.

O Seminário Conjunto com a Comissão de Legislação Participativa tratou de como a 29ª Conferência das Partes (COP29) se relacionava com a 30ª Conferência das Partes (COP30), que foi realizada em novembro de 2025, em Belém, no Brasil. No debate, procurou-se reforçar a necessidade de consolidar na COP30 os avanços obtidos na COP29, garantir a execução das metas estabelecidas e fortalecer o papel do Brasil no cenário climático global.

Participaram: Thalia Silva - Coordenadora de Advocacy do CONJUCLIMA - Conselho de Juventudes pela Ação Climática e Meio Ambiente; Carolina de Brito - Instituto Alana; Lídia Lins - Rede Vozes Negras pelo Clima; Pedro Luiz do Nascimento Filho - Coordenador para agenda de ação da COP30 e representante do Ministério das Relações Exteriores; Mariana Rondon - Diretora de Programas da Plataforma Cipó; Monique Sacardo Ferreira - Chefe de Gabinete da Presidência da COP30, representando o Ministério do Meio Ambiente.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

13 DE MAIO

INSTALAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA DE BRASÍLIA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.

REQ 22/2025 E 34/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO E REQ 27/25 CMADS - DEP. CLODOALDO MAGALHÃES E DEP. PROFESSOR REGINALDO VERAS

No Seminário, os debatedores criticaram a instalação do empreendimento movido a gás natural, alertando sobre os problemas de poluição do rio e do ar, além da demolição da Escola Classe Guariroba e a necessidade de construção de um gasoduto para viabilidade da obra. Segundo as exposições, o projeto prevê a geração de 1470 megawatts de potência via captação de água e descarte de efluentes no Rio Melchior, localizado em Samambaia/DF. Estima-se que a obra consumirá 110 mil litros de água por hora do já contaminado Rio Melchior e provocará poluição térmica, pois 94% da água captada será devolvida ao rio com temperatura elevada, afetando os ecossistemas locais. Os impactos à saúde respiratória são outra questão que preocupa a população.

Participaram: Eduardo Wagner Da Silva – Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/MMA); Max Maciel – Deputado Distrital; Juliana Pinheiro Gomes – Superintendente de Recursos Hídricos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA); Luiz Eduardo Barata – Presidente da Frente Nacional de Consumidores de Energia (FNCE); Newton Vieira – Presidente do Movimento Salve o Rio Melchior; Juliano Bueno – Diretor-Técnico do Instituto Internacional ARAYARA; Isabelle Vanderlei; Coordenadora Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); PEDRO IVO – Representante do Fórum das Águas do Distrito Federal; Walquiria Gonçalves – Professora da Escola Classe Guariroba;



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



28 DE MAIO

RACISMO AMBIENTAL E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA.

REQ 12/2025 CPOVOS - DEP. DANDARA E REQ 41/25 CMADS - DEP. NILTO TATTO

Foi tratado no Seminário Conjunto com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais que os eventos climáticos extremos decorrentes do aquecimento global e das mudanças climáticas atingem as populações e territórios da cidade, do campo, das águas e das florestas, em todos os biomas e regiões brasileiras, mas que os impactos produzidos pelas excessivas chuvas, deslizamentos, ondas extremas de calor e secas acompanham a estrutura social desigual – de classe, raça e gênero – e atingem principalmente populações negras, periféricas, territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e camponeses em todo o país. O uso do território dessas comunidades para instalação de infraestruturas de energia renovável, uma prática comum, também afeta seu modo de vida com impactos negativos. Essas populações têm vivenciado tragédias preveníveis e evitáveis, que deveriam ser objeto de atenção prioritária de políticas públicas com medidas efetivas de adaptação, mitigação e reparação.

Participaram: Nilto Tatto – Deputado Federal e Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista; Dandara Tonantzin – Deputada Federal e Coordenadora do GT Cerrado; Carol Dartora – Deputada Federal e Coordenadora do GT de Racismo Ambiental; Augusto Araújo Santos – Coordenador de Participação Social e Diversidade da Secretaria de Políticas Públicas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial; Maíra Rodrigues Da Silva – Secretária-Executiva do GT de Racismo Ambiental e Coordenadora da Área de Combate ao Racismo Ambiental do Instituto de Referência Negra Peregum; João Luís Joventino Do Nascimento (João Do Cumbe) – Representante do Quilombo do Cumbe/Aracati-CE, militante do Movimento Quilombola do Ceará e do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP, Organização Popular – OPA;

Joyce De Fátima Pereira Da Silva – Militante do Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB; Eunice Da Conceição – Quebradeira de coco babaçu e Coordenadora da Regional Imperatriz do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB; Cristiane Ribeiro – Cogestora do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; Gisele Barbieri – Coordenadora de Incidência Política na Terra de Direitos; Ana Cecília Godoi – Coordenação-Geral da Equipe Marcadores Sociais da Diferença do Projeto Paraopeba da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – Aedas/MG; e Viviana Santiago – Diretora Executiva do Instituto Oxfam Brasil.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Foto: Víctor Francisco

9 DE JUNHO

EM DEFESA DA ASSOCIAÇÃO MATA CILIAR (AMC)"

REQ 50/2025 CMADS - DEP. SÂMIA BOMFIM

O Seminário ocorreu em Jundiaí/SP e tratou da Associação Mata Ciliar (AMC), que é uma entidade sem fins lucrativos declarada de Utilidade Pública Federal. De acordo com as exposições, a Associação desenvolve trabalhos de conservação da fauna brasileira, reabilitação, abrigo de animais silvestres, preservação dos recursos hídricos e educação ambiental para estudantes de escolas públicas e privadas.

Participaram: Jorge Bellix - Engenheiro Agrônomo e Presidente da Mata Ciliar; Juliana Oliveira - Advogada ambiental e Representante do Coletivo Japy; e Márcia Carneiro - Representante da Universidade de São Paulo (USP).



24 DE JUNHO

PERIGOS DO USO DO MERCÚRIO PARA FINS ODONTOLÓGICOS E OS IMPACTOS NA SAÚDE HUMANA.

REQ 28/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

O Seminário tratou dos perigos do uso do mercúrio em procedimentos odontológicos, assim como dos impactos na saúde e no meio ambiente. O evento enfatizou a toxicidade do uso das amálgamas dentárias compostas de 50% de mercúrio e ainda em uso na odontologia brasileira. Diversos estudos foram citados pelos palestrantes alertando para os riscos da exposição de profissionais de odontologia a esta substância, assim como para os pacientes e a população em geral.

Participaram: Socorro Mendonça - Vereadora de Peruíbe-SP; Cecilia Zavariz - Médica Sanitarista e Doutora pela Universidade de São Paulo (USP); Jeffer Castello Branco - Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (USP); Martha Faissol - Diretora da International Academy of Oral Medicine and Toxicology no Brasil (IAOMT); Magda Siqueira - Especialista em Endodontia e Dentística Restauradora; Valdivino Rocha - Presidente da Associação dos Trabalhadores Expostos e Intoxicados pelo Mercúrio Metálico (AEIMM); e Francisca de Oliveira - Diretora da Associação dos Trabalhadores Expostos e Intoxicados pelo Mercúrio Metálico (AEIMM).



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

1 DE JUNHO

COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL, OS 20 ANOS DA UNICAFES E O ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

REQ 23/2025 CMADS - DEP. FERNANDO MINEIRO

O Seminário celebrou os 20 anos da UNICAFES e teve a participação de diversos palestrantes, incluindo representantes do governo e de organizações internacionais. Um dos principais assuntos de debate foi a importância da participação social, da governança integrada e da implementação de políticas que apoiem os agricultores familiares e cooperados, reconhecendo seu papel crucial na preservação ambiental e no desenvolvimento rural sustentável.

Participaram: Deputado Fernando Mineiro – Presidente da Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária; Ana Terra Reis – Representando o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Konstantinos Papadakis – Chefe de Assuntos Sociais do Departamento de Relações Econômicas e Sociais da Organização das Nações Unidas (UN DESA-ONU); Humberto Oliveira – Assessor do Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil (IICA); Fátima Torres – Presidente da Confederação Unicafes; Jorge Meza – Representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura Familiar no Brasil (FAO); Gilberto Carvalho – Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Lucas Ramalho Maciel – Diretor de Novas Economias da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Tatiana Santos – Chefe da Assessoria Especial de Economia Solidária da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR); Daniel Peter – Diretor do Departamento de Política de Gestão Ambiental Rural da Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SNPCT/MMA).



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

3 DE JUNHO

AGENDA POLÍTICA DA CÚPULA DOS POVOS E PARLAMENTO BRASILEIRO

REQ 17/2025 CPOVOS - DEP. GÉLIA XAKRIABÁ; REQ 37/2025 CLP - DEP. TALÍRIA PETRONE; REQ 53/2025 CMADS - DEP. DUDA SALABERT, DEP. NILTO TATTO E DEP. IVAN VALENTE E REQ 79/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

O Seminário foi realizado em Conjunto com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais e com a Comissão de Legislação Participativa. O evento discutiu a participação da sociedade civil na COP30 e a importância da Cúpula dos Povos como plataforma de mobilização por avanços nas pautas climáticas. Os assuntos que mais se destacaram foram a necessidade de enfrentar a crise climática, proteger o meio ambiente e garantir a representação de grupos marginalizados nas negociações oficiais.

Participaram: Luciana Abade – Coordenadora-Geral de Mobilização da Presidência da COP30; Jorge Santana De Oliveira – Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República; Ayala Ferreira – Membro da Cúpula dos Povos no Brasil; Kirtana Chandrasekaran – Membro da Cúpula dos Povos no Exterior; Adolfo Neto – Diretor de Relações Institucionais e Sociais da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (DRIS/UFPA); Thuane Nascimento – Representante da Coalizão Negra por Direitos.



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



17 DE JUNHO

ASPECTOS LEGAIS E AMBIENTAIS RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL PORTUÁRIO DE PONTA NEGRA (TPN)

REQ 43/2025 CMADS - DEP. CARLOS JORDY E DEP. CORONEL CHRISÓSTOMO

O Seminário, que ocorreu em Saquarema/RJ, debateu os impactos ambientais e a sustentabilidade do projeto de implantação do Terminal Portuário de Granéis Líquidos e Estaleiro de Ponta Negra, previsto para a praia de Jaconé, em Maricá - RJ.

Participaram: Carolina Esteves Alves - Superintendente Substituta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Rio de Janeiro (IBAMA); José Silvestre - Coordenador do Movimento Porto Não; Adriana Reis - Pesquisadora na Universidade Federal Fluminense (UFF).



CARLOS CAMPOS DA SILVEIRA



5 DE AGOSTO

CENÁRIO AMBIENTAL NOS ESTADOS BRASILEIROS COM A PERSPECTIVA DOS PARLAMENTOS ESTADUAIS

REQ 40/2025 CMADS E REQ 56/2025 - DEP. NILTO TATTO

A Comissão promoveu Seminário para debater sobre o Cenário Ambiental no Brasil, com foco em construir estratégias e encontrar soluções conjuntas para garantir a adaptação às mudanças climáticas, à proteção dos biomas e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Participaram: Marcelino Galo – Deputado Estadual da Bahia; Renato Roseno – Deputado Estadual do Ceará; Gabriel Magno – Deputado Distrital do Distrito Federal; Álvaro De Angelis – Representando o Deputado Estadual de Goiás Antônio Gomide; Ana Paula Siqueira – Deputada Estadual de Minas Gerais; Goura Nataraj – Deputado Estadual do Paraná; Carlos Minc – Deputado Estadual do Rio de Janeiro; Francisco do PT – Deputado Estadual do Rio Grande do Norte; Marina Helou – Deputada Estadual de São Paulo; Marquito – Deputado Estadual de Santa Catarina; Mário Mantovani – Diretor Institucional da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA); e Marcos Aurélio Espindola – Representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera de Santa Catarina.



5 DE AGOSTO

COP30: UM COMPROMISSO COM AS VIDAS QUE SUSTENTAM OS BIOMAS.

REQ 18/2025 CPOVOS - DEP. DANDARA; REQ 28/2025 CMULHER - DEP. CÉLIA XAKRIABÁ, DEP. ELCIONE BARBALHO E DEP. DANDARA; REQ 58/2025 CMADS - DEP. ELCIONE BARBALHO, DEP. CÉLIA XAKRIABÁ, DEP. DUDA SALABERT, DEP. DILVANDA FARO E DEP. DANDARA

Seminário realizado sobre a campanha “Sem Mulher Não Tem Clima” da CMULHER, para fortalecer o debate sobre as conexões entre gênero e justiça climática na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP30, realizada em Belém do Pará. O objetivo foi enfatizar que a pauta ambiental precisa ser tratada com o devido recorte interseccional, considerando como as mulheres – especialmente as indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas – estão na linha de frente tanto da resistência quanto dos impactos ambientais mais severos.

Participaram: Márcia Lopes – Ministra de Estado das Mulheres; Sonia Guajajara – Ministra de Estado dos Povos Indígenas; Elis Nascimento – Diretora do Departamento de Justiça Climática do Ministério dos Povos Indígenas; Ana Toni – Diretora Executiva da COP 30; Aloisio Lopes Pereira De Melo – Secretário Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ceres Hadich – Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Sineia Wapichana – Copresidente do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças do Clima; Kerexu – Representante da Marcha da Mulheres Indígenas; Michele Ferreti – Codiretora do Instituto Alziras; Fátima Cleide – Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; Kleber Karipuna – Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Tayanne Galeno – Analista de Relações Governamentais do Instituto Alana; Paulo Abrão – Jurista e ex-Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Julciane Inês Anzilago – Representante do Campo Unitário; Eunice Guedes – Representante da Cúpula dos Povos e da Articulação de Mulheres Brasileiras; Bernadete De Oxossi – Sacerdotisa espiritual; Sandra Maria Andrade – Coordenadora Nacional da CONAQ no estado de Minas Gerais; e Elisa Estronioli – Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

11 DE AGOSTO

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA POSSÍVEL IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO NA ESTRADA DE FERRO EF-A34 EM MINAS GERAIS (MG)

REQ 82/2025 CMADS - DEP. DUDA SALABERT

O Seminário aconteceu em Igarapé/MG e foi realizado para debater os impactos socioambientais da possível implantação e exploração do serviço de transporte ferroviário na Estrada de Ferro EF-A34, localizada entre os municípios de Igarapé, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas e Itaúna, no estado de MG, objeto da outorga por autorização ferroviária emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres à Cedro Participações S.A.

Participaram: Daniela Cordeiro – Geóloga e moradora de Igarapé/MG; Pedro Fernandes Nascimento – Coordenador de Autorizações Ferroviárias da Superintendência de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres (SUFER/ANTT); Isabella Rezende – Advogada, atingida e moradora no bairro Alto do Boa Vista (Mateus Leme/MG); Cacica ãngohó – Aldeia indígena Katurãma; Andréia Vazquez – Bióloga, advogada e atingida Condomínio Fazendinha São Miguel; Silvania Tavares Da Silva – Geógrafa e Atingida Condomínio Fazendinha São Miguel; Evandro Ramos Lima – Associação comunitária Fernão Dias – ACFD; e Jacinto Augusto Jardins Leal – Técnico em agropecuária, atingido e morador do Alto da Boa Vista (Mateus Leme/MG).



12 DE AGOSTO

BIÊNIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS EM UMA AGENDA INTERSETORIAL

REQ 18/2025 CMULHER, DEP. LAURA CARNEIRO - REQ 17/2025 CPASF, DEP. LAURA CARNEIRO - REQ 24/2025 CMADS, DEP. DUDA SALABERT E OUTROS.

O Seminário conjunto foi realizado com o objetivo de debater as perspectivas e os desafios para a promoção e proteção do exercício pleno e equitativo dos direitos das crianças e suas famílias no período da primeira infância, organizado por eixos temáticos, com a participação de várias comissões, tendo em vista a necessidade de tratar os serviços e políticas públicas de forma integrada, garantindo a intersectorialidade. Discutiu-se a necessidade da construção de propostas concretas que possam contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e ações integradas para essa faixa etária, assegurando o direito à saúde, educação, meio ambiente, proteção assistência social e puericultura adequada.

Participaram: Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ) – 2ª Vice-presidente da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO) – Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; Deputado José Airton Félix Cirilo (PT/CE) – Secretário da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude da Câmara dos Deputados; Deputado Reimont (PT/RJ) – Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Dep José Airton Félix Cirilo (PT/CE); Eliane Aquino, Secretária Nacional de Renda e Cidadania – Ministério do Desenvolvimento Social; Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Clédisson Geraldo dos Santos Júnior, Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Ministério da Igualdade Racial; Thaíssa Assunção de Faria, Defensora Pública Federal – Defensoria Pública da União; Maíra de Souza, Especialista em Primeira Infância – UNICEF; Deputado Rafael Brito (MDB/AL); Verônica Teixeira Glória, Especialista em Políticas Públicas – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Halim Antônio Girade, Representante – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON); Deputado Luiz Lima (NOVO/RJ); Paulo Quermes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social – Ministério do Esporte; Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural – Ministério da Cultura; Ana Cláudia Menossi Pereira Medeiros, Representante – Fundação ABRINQ (participação por videoconferência); Desirée Ruas, Representante – Rede Nacional da Primeira Infância; Deputado Osmar Terra (PL/RS); e do Adolescente – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e outros.



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

9 DE SETEMBRO

SEMINÁRIO PREPARATÓRIO PARA A COP30

REQ 86/2025 CMADS - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA COP30 E REQ 97/2025 CMADS - DEP. TÚLIO GADELHA / REQ 55/2025 CLP - DEP. TALÍRIA PETRONE

O Seminário foi realizado para alinhar as agendas internacionais de clima com as demandas e soluções nacionais, reforçando a relação entre as metas de redução de emissões que o Brasil estabeleceu em sua NDC e o papel do Poder Legislativo em traduzi-las em políticas públicas efetivas e ambiciosas. O objetivo foi que o diálogo prévio, com a participação de representantes da sociedade civil e do Poder Executivo, permitisse consolidar posições estratégicas, garantindo que o Brasil chegasse à COP30 com uma agenda robusta e coesa, capaz de influenciar as negociações globais, e que também se traduzisse no engajamento dos parlamentares com a ação climática.

Participaram: Bruna Cerqueira - Coordenadora-Geral da Agenda de Ação da Presidência da COP30; Eduardo Sfoggia - Chefe de Assessoria Especial Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); André Guimarães - Diretor - Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Murilo Amatneeks - Coordenador de Advocacy da Plataforma Cipó; Alice Piva - Champion do Movimento Escazú Brasil; Sara Ribeiro - Gerente de Relações Institucionais do Instituto ARAYARA; Mariana Galdino - Coordenadora de Incidência do Instituto Decodifica; e Neila Lameira - Membro da Coalizão da COP das Baixadas.



Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

11 DE SETEMBRO

MINERAIS CRÍTICOS E CRISE CLIMÁTICA: OPORTUNIDADES, IMPACTOS, DESAFIOS E RISCOS

REQ 84/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO E REQ 104/2025 CMADS - DEP. EVAIR VIEIRA DE MELO

O Seminário foi realizado com vistas a informar o parlamento sobre as várias dimensões associadas à exploração e uso dos minerais críticos no contexto da crise climática-ambiental. A proposta era discutir as relações entre a expansão dos minerais críticos e os riscos climáticos, novas normas ou políticas para o lítio brasileiro e mineração e transição energética.

Participaram: Maurício Angelo - Diretor-Executivo do Observatório da Mineração; Adriana Pinheiro - Assessora de Incidência Política e Orçamento no Observatório do Clima (OC); Giorgio Francesco De Tomi - Professor do Núcleo de Pesquisa para a Pequena Mineração Responsável da Universidade de São Paulo (NAP/USP); Gustavo Masili - Coordenador-Geral de Minerais Estratégicos do Ministério de Minas e Energia (DTTM/SNGM/MME); Thiago Metzker - Consultor de Meio Ambiente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIG); Alexandre Strapasson - Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UNB); Arão Lombardi - Membro da Direção Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); e Mônica Sodré - Presidente da Meridiana.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

10 DE OUTUBRO

CAMINHOS LEGAIS PARA A PROTEÇÃO DA BACIA DO RIO TAPAJÓS

REQ 93/2025 E REQ 106/2025 CMADS - DEP. DUDA SALABERT

O Seminário teve como objetivo apresentar os principais achados do relatório "Rio Tapajós: Análise Jurídica da Legislação Ambiental Brasileira", produzido pela International Rivers em parceria com o escritório Irigaray e Associados, além de apresentar Mapa Digital Interativo elaborado pela instituição de geoprocessamento EcoSaMa. Foi abordada a necessidade de promover caminhos estratégicos para o fortalecimento da proteção legal do Tapajós e seus afluentes, incluindo medidas para o reconhecimento dos direitos da natureza e dos rios, protocolos de consulta, aprimoramento do licenciamento ambiental e recomendações práticas para atuação administrativa e judicial voltadas para a justiça, em defesa dos ecossistemas amazônicos de regulação climática.

Participaram: Flávio Montiel – Coordenador da International Rivers Brasil; Juliano Schimbeck – Diretor da Ecosama; Caetano Scannavino – Conselheiro do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); e Taís Godinho – Mobilizadora do Movimento Tapajós Vivo.



Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



Lontra longicaudis
Pantanal, Brasil

An aerial photograph of a wide river winding through a vast, dense tropical forest. The sun is low on the horizon to the left, casting a warm, golden glow over the scene. The sky is filled with soft, wispy clouds. The river's surface reflects the light, and the surrounding forest is a deep, lush green. A dark green rounded rectangle is superimposed over the center of the image, containing the text 'MESA-REDONDA' in white, bold, uppercase letters.

MESA-REDONDA

29 DE MAIO

PAPEL DO BRASIL NA 3ª CONFERÊNCIA DOS OCEANOS DA ONU (UNOC3)

REQ 42/2025 E REQ 52/2025 CMADS - DEP. TÚLIO GADELHA E REQ 44/2025 CMADS - DEP. DELEGADO MATHEUS LAIOLA

Os participantes debateram sobre a governança oceânica e o papel estratégico que o Brasil desempenha no cenário internacional. A Mesa-Redonda teve o objetivo de mobilizar parlamentares, especialistas, representantes do governo, sociedade civil e movimentos da pesca artesanal para discutir os compromissos brasileiros frente à UNOC 3 (França, 2025) e sua relação com a COP30 (Brasil, 2025), além de identificar caminhos para fortalecer a conexão entre oceano e clima, nestes eventos. A principal meta da conferência é promover ações concretas para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14), que trata da conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Participaram: Ana Paula Prates – Diretora do Departamento de Oceano e Gestão Costeira da Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (DOceano/SMC/MMA); Emmanuel Lenain – Embaixador da França no Brasil; Maitê De Souza Schmitz – Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores (DMAE/MRE); Rodrigo de Campos Carvalho – Subsecretário para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira da Marinha do Brasil (LEPLAC/MB); Carlos Alberto Pinto dos Santos – Secretário Executivo da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM); Mariana Andrade – Coordenadora de Campanhas de Oceano no Greenpeace Brasil e Observatório do Clima; Carolina Cardoso – Secretária Executiva do Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano (PainelMar); e Marinez Scherer – Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

5 DE JUNHO

RELEVÂNCIA DA COP30 PARA O BRASIL E O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS REQ 35/2025 E REQ 57/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

A Mesa-Redonda ocorreu em Ribeirão Preto/SP que debateu a Relevância da COP30 para o Brasil com o objetivo de ampliar o diálogo e a conscientização sobre a importância da agenda climática junto à população da cidade e a necessidade de articular políticas públicas eficientes que protejam a todos diante das transformações em curso. Discutiram as oportunidades do país de assumir papel de destaque na governança climática mundial e os impactos das mudanças do clima sobre a população urbana.

Participaram: Eurico De Arruda Neto - Professor de Virologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto; Eduardo Saad Diniz - Livre Docente em Criminologia pela Universidade de São Paulo (USP/ARC); Simone Kandravicius - Coordenadora de Projetos de Sustentabilidade e Educação Ambiental da Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil; Manuela Martins Da Costa Aquino - Pesquisadora da Universidade Federal de São Carlo.



27 DE JUNHO

ESTRATÉGIAS PARA A PRESERVAÇÃO DO RIO TIETÊ

REQ 66/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

A Mesa-Redonda foi realizada em Adolfo/SP e debateu os graves problemas ambientais e reuniu representantes dos órgãos ambientais, especialistas, gestores públicos, sociedade civil e parlamentares, com o intuito de construir estratégias integradas de preservação, recuperação e uso sustentável do Rio Tietê. De acordo com as exposições, a situação é marcada pela intensa eutrofização, oriundos de esgotos domésticos não tratados, resíduos industriais e atividades agropecuárias. Asseverou-se que esse fenômeno provoca proliferação descontrolada de algas e plantas aquáticas, comprometendo a qualidade da água, gerando mortandade de peixes e prejudicando tanto o abastecimento quanto as atividades econômicas, como pesca, turismo e agricultura irrigada.

Participaram: Luiz Cláudio Marcolino - Deputado Estadual de São Paulo; Rubens Cesar Avelino - Vereador no Município de Adolfo e Coordenador da Frente Parlamentar dos Vereadores pelo Tietê; Wagner Casadei - Organização SOS Nosso Tietê; Valderez Vegiato Moya - Ex-prefeita do município de Lins; Elizete Peixoto De Lima - Especialista em questões ambientais; Loan Ramos - Técnico em Restauração Florestal da SOS Mata Atlântica; e Gean Gustavo - Major do Policiamento Ambiental do Estado de São Paulo (PMESP).



17 DE JULHO

SITUAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA (PL 849/2025)

REQ 76/2025 CMADS - DEP. GEOVANIA DE SÁ

Na Mesa-Redonda, que ocorreu em Jaguaruna/SC, foi discutido a criação de uma zona franca da bioeconomia na Amazônia, com foco no estado do Pará. Os participantes debateram a importância da Estratégia Nacional de Bioeconomia, o potencial de desenvolvimento sustentável e inclusivo, além da necessidade de políticas públicas complementares para apoiar produtores locais e comunidades tradicionais. A reunião enfatizou, também, a relevância da bioeconomia para o desenvolvimento regional, a preservação ambiental e a valorização dos produtos da biodiversidade amazônica.

Participaram: Peterson Crippa - Prefeito do Município de Laguna/SC; Luiz Gustavo Neto - Prefeito de Balneário Rincão/SC; Laerte Silva - Prefeito do Município de Jaguaruna/SC; Natália Folster - Diretora de Regularização Fundiária do Estado de Santa Catarina (IBRF); Fernando Soares Gaspar - Presidente da Associação de Moradores do Balneário Dunas do Sul/SC; Eduardo Conceição - Presidente da Associação de Moradores do Balneário Nova Camboriú/SC; Lauro Dias Vilela - Presidente da Associação de Moradores da Comunidade de Campos Verdes/SC; Bento Fernandes Filho - Presidente da Associação de Moradores da Galheta/SC; e Alexsandro Barbosa - Presidente da Associação Empresarial de Tubarão (ACIT-SC).



14 DE AGOSTO

CONTROLE BIOLÓGICO DA UNHA DO DIABO NAS CARNAÚBAS

REQ 78/2025 CMADS E REQ 95/2025 - DEP. LEÔNIDAS CRISTINO

A Mesa-Redonda debateu o controle biológico da unha do diabo (*cryptoestegia madagascariensis*) nas carnaúbas nordestinas, uma espécie exótica invasora que está causando danos severos à biodiversidade da Caatinga e impactando economicamente milhares de pessoas. Os participantes analisaram uma solução já testada e aprovada na Austrália, envolvendo o uso de um fungo natural específico, e esclareceram os processos regulatórios necessários para sua implementação no Brasil. Por fim, foi acordada a criação de um grupo de trabalho para resolver o problema da planta invasora, preparar a documentação necessária e acelerar o processo de introdução do controle biológico.

Participaram: Allan Jordani - Coordenador-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Flora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (CGFlo/IBAMA), representando o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA); Tatiane Do Nascimento - Coordenadora substituta de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (DSV/SDA/MAPA); Eduardo Guatimosim - Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Transição Agroecológica da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (DITRAN/CGTA/DINOV/SAF/MDA); Dartanhã Soares - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Cassimiro Tapeba - Secretário Executivo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Ceará (SEMA-CE); Robert Barreto - Professor do Departamento de Fitopatologia da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Daniel Fernandes - Coordenador Geral da Associação Caatinga; Edgar Gadelha - Presidente do Sindicato das Indústrias Refinadoras de Cera de Carnaúba no Estado do Ceará (SindCarnaúba); Rosângela Moura - Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraerce); e Rafael Costa - Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC).



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



16 DE DEZEMBRO

ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA COP30 EM RELAÇÃO AO BIOMA CAATINGA REQ 134/2025 CMADS - DEP. LEÔNIDAS CRISTINO

Na Mesa-Redonda os expositores discutiram como o bioma tem um papel importante como sumidouro de carbono e sua relevância na integração de discussões sobre biodiversidade, combate à desertificação e segurança alimentar. Foram apresentados projetos de recomposição de floresta nativa do bioma, programas ambientais de financiamento para implementação de tecnologias e agriculturas, transição energética e parcerias para uso sustentável, mitigação e conservação da Caatinga.

Participaram: Thiago Belote Silva - Diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (DFLOR/MMA); Flavia Chuery - Gerente de Projeto da Assessoria Extraordinária para a COP30; Rivaldo Couto Junior - Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Alagoas (IBAMA-AL); Luciana Barreira - Procuradora Autárquica da Superintendência Estadual da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Ceará (Semace/SEMA); Daniel Fernandes - Diretor-Executivo da Associação Caatinga; Marcus Santiago - Chefe do Departamento de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Kleber De Oliveira - Gerente Executivo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); João Ricardo Cumarú - Assessor de Relações Internacionais do Consórcio Nordeste.



OUTROS EVENTOS

12 DE JUNHO

CURSO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

REQ 33/2025 CMADS - DEP. NILTO TATTO

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 05 de junho, coincidindo com a data de realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, a Comissão promoveu o curso de Legislação Ambiental sobre Mudança do Clima.

O Curso de Legislação Ambiental contou com a participação dos consultores legislativos da Câmara dos Deputados, que realizaram apresentações sobre os seguintes temas: Convenção do Clima e Acordo de Paris, O que se espera da COP30, Política Nacional de Mudança do Clima (Lei nº12.187/2009) - Palestrante: Évellyn Bruehmueller; Plano de Adaptação à Mudança do Clima (Lei nº 14.904/2024), Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) - Palestrante: Kenya Carla Simões e Mercado de Carbono (Lei nº 15.042/2024) - Palestrante: Henrique Paranhos Sarmento Leite.



18 E 19 DE AGOSTO

VISITA DA SUBCOMISSÃO DA COP30 A BELÉM

REQ 71/2025 CMADS - DEP. DUDA SALABERT

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a pedido da Subcomissão da COP30, realizou uma visita técnica a Belém, nos dias 18 e 19 de agosto, para verificar os preparativos para a 30ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que aconteceria em novembro.

Estiveram presentes os Deputados Elcione Barbalho (MDB-PA) – Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Bandeira de Mello (PSB-RJ), Iza Arruda (MDB-PE) e Duda Salabert (PDT-MG). A comitiva visitou as obras do Porto Futuro I e II e do Parque da Cidade, além do Hangar, do Espaço COP e da Vila COP.





Açaí, Euterpe oleracea



Vale da Lua, GO
Chapada dos Veadeiros

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 1303/2019

AUTOR: Senado Federal – Zenaide Maia

Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para determinar que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha projeto de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PL 5786/2019

AUTOR: José Medeiros

Altera a Lei nº 9.605, de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências"

RELATOR: Deputado Amom Mandel

PL 3715/2020

AUTOR: Padre João

Cria o Programa Barraginhas e outras ecotécnicas para recuperação e perenização hídrica, na Política Nacional de Recursos Hídricos.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 1881/2021

AUTOR: Cássio Andrade

Institui, em âmbito nacional, as campanhas "Outubro Rosa Pet" e "Novembro Azul Pet".

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PL 2012/2021

AUTOR: Carlos Henrique Gaguim

Dispõe sobre benefício do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF pela aquisição e retirada permanente de redução verificada de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) por pessoa física.

RELATOR: Deputado Coronel Chrisóstomo

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 3701/2021

AUTOR: Flávio Nogueira

Dispõe sobre a rotulagem das emissões de dióxido de carbono dos produtos comercializados no território nacional.

RELATOR: Deputado Fernando Mineiro

PL 533/2022

AUTOR: Geninho Zuliani

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para agravar a pena do descarte incorreto do lixo hospitalar contaminado por Covid-19.

RELATOR: Deputado Chico Alencar

PL 988/2022 (Nº ANTERIOR: PLS 248/2014)

AUTOR: Senado Federal – Kátia Abreu

Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia.

RELATOR: Deputado Carlos Henrique Gaguim

PL 2282/2022

AUTOR: José Nelto

Estabelece o descarte correto de máscara de proteção individual e equipamentos de proteção individual - EPI e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Célio Studart

PL 2386/2022

AUTOR: Luiz Lima

Proíbe a pesca de todas as espécies de cavalos-marinhos.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PLP 215/2023

AUTOR: Carlos Sampaio

Acrescenta § 2.º ao art. 18-A da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para vedar que as rações para animais de estimação sejam tratadas como produtos supérfluos, para fins de incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS.

RELATOR: Deputado Célio Studart

PL 430/2023

AUTOR: José Medeiros

Altera a Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, para dispor sobre a delimitação de áreas para proteção às abelhas sem ferrão e meliponários urbanos.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PL 924/2023

AUTOR: Bebeto

Dispõe sobre a criação do Selo da Boa Administração de Recursos Hídricos, a ser conferido, por meio de concurso público, a Municípios que se destacarem na implementação de ações de revitalização de rios e canais que passem por seu território.

RELATORA: Deputada Socorro Neri

PL 1310/2023

AUTORA: Rosana Valle

Institui a Semana Nacional em Defesa do Rio Ribeira e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 1743/2023

AUTOR: Jilmar Tatto

Institui o Programa Mobilidade Urbana Sustentável.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 1822/2023

AUTOR: Rodrigo Gambale

Autoriza o Poder Executivo a compensar financeiramente os municípios que preservarem o meio ambiente e fixa outras providências.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PL 2477/2023

AUTOR: Amom Mandel

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para ampliar o conceito de nascente e de Área de Preservação Permanente.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 2704/2023

AUTOR: Célio Studart

Propõe a criação de lei que estabelece como crime de maus tratos, nos termos do artigo 32, da lei nº 9.605 de 1998, realizar ou incentivar acasalamentos de animais de estimação que tenham elevado risco de problemas congênitos e que afetem a saúde da prole e/ou progenitora, ou que perpetuem problemas de saúde pré-existentes dos progenitores.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PL 2726/2023

AUTOR: Juninho do Pneu

Institui a política nacional de controle dos PFAS – substâncias perfluoroalquil e polifluoroalquil, e dá outras providências.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 3446/2023

AUTOR: Felipe Becari

Altera as Leis nº 13.445, de 2017, e nº 9.474, de 1997, para dispor sobre autorização ao refugiado, emigrante ou migrante em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, para ingressar no território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PL 3761/2023

AUTOR: Marx Beltrão

Torna crime de maus tratos a prática da Medicina Veterinária sem autorização legal.

RELATOR: Deputado Célio Studart

PL 4592/2023

AUTOR: Padre João

Dispõe sobre a proibição de aplicação foliar do princípio ativo fipronil em todo território nacional.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 4620/2023

AUTORA: Eliane Braz

Altera a Lei .9605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de maus-tratos na forma tentada.

RELATOR: Deputado Célio Studart

PL 5382/2023

AUTOR: Lázaro Botelho

Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, para criar o Programa de Doação de Sementes e Mudanças de Espécies Nativas do Brasil.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 5830/2023

AUTOR: Pedro Aihara

Acrescenta o inciso VIII, ao art. 14, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, para vedar a disputa em licitação ou participação da execução de contrato, direta ou indiretamente de pessoas físicas ou jurídicas condenadas por grave infração ambiental.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PL 6164/2023

AUTOR: Duarte Jr.

Dispõe sobre a promoção de ações de biotecnologia visando a substituição do uso de animais em pesquisas para testes de medicamentos e vacinas, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PLP 23/2024

AUTORA: Professora Luciene Cavalcante

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir) que “Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências”, a fim de vetar isenção tributária para exportação de animais vivos.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PLP 192/2024

AUTOR: Pedro Campos

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN), para dispor que, observado o disposto em lei municipal, poderá ser reduzida a alíquota do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), em virtude da existência de sistemas que permitam o uso das águas de chuva e o reuso não potável das águas cinzas na edificação urbana.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 219/2024

AUTOR: Pedro Aihara

Dispõe sobre a obrigatoriedade de acessibilidade para pessoas com baixa mobilidade, idosos, deficientes físicos e intelectuais em Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.

RELATOR: Deputado Chico Alencar

PL 454/2024

AUTOR: André Figueiredo

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a utilização de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para projetos ligados à castração de animais em municípios que tenham unidades de pronto atendimento animal ofertadas a população.

RELATOR: Deputado Célio Studart

PL 605/2024

AUTOR: David Soares

Institui a Campanha Dezembro Verde de Combate ao abandono de animais e Conscientização sobre Adoção Animal Responsável, e dá outras providências

RELATOR: Deputado Luiz Carlos Busato

PL 786/2024

AUTOR: Nilto Tatto

Dispõe sobre a incidência do imposto de exportação sobre as operações relativas a animais vivos.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PL 1456/2024

AUTORA: Camila Jara e outro(s)

Majora a pena do crime de poluição por uso indevido de substância tóxica, quando aplicada por pulverização aérea sobre área úmida.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 1990/2024

AUTOR: Senado Federal – Janaína Farias

Institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.

RELATOR: Deputado Fernando Mineiro

PL 2039/2024

AUTOR: Covatti Filho

Confere ao município de Barracão o título de Capital Nacional das Cascatas.

RELATOR: Deputado Luiz Carlos Busato

PL 2194/2024

AUTORA: Dayany Bittencourt

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para criar o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Maus-Tratos aos animais (CNPC Maus-Tratos aos Animais), e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Felipe Becari

PL 2269/2024

AUTOR: Célio Studart

Insera parágrafo único no art. 60 na Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para penalizar quem dá causa à divulgação, organização e atos correlatos de evento de grande porte sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 2841/2024

AUTOR: Tarcísio Motta

Institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

RELATORA: Deputada Socorro Neri

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 2741/2024

AUTORA: Flávia Morais

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incorporar à outorga onerosa do direito de construir a avaliação de parâmetros de sustentabilidade e qualidade urbanas e para determinar a concessão de desconto em razão da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) ou outros tipos de espaços vegetados na área objeto da outorga.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PL 2881/2024

AUTOR: Célio Studart

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Fernando Mineiro

PL 2944/2024

AUTOR: Marcos Tavares

Estabelece a regulação dos serviços de pet sitting e dog walking, definindo normas e requisitos para os profissionais da área, visando garantir a qualidade, segurança e bem-estar dos animais sob seus cuidados.

RELATOR: Deputado Delegado Matheus Laiola

PL 3025/2024

AUTOR: Jadyel Alencar

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para priorizar a aplicação de recursos públicos federais em ações de saneamento básico em municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação.

RELATORA: Deputada Socorro Neri

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 3332/2024

AUTOR: José Guimarães

Reconhece o soldadinho-do-araripe como ave símbolo da Chapada do Araripe e estabelece diretrizes para sua preservação.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 3382/2024

AUTORA: Duda Salabert

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para incluir medidas com o objetivo de preparar as cidades para o contexto de emergência climática, valendo-se de práticas de produção e o consumo de alimentos responsáveis no contexto urbano.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 3499/2024

AUTOR: Daniel Agrobom

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, para aprimorar as diretrizes de pesquisa agrícola.

RELATOR: Deputado Junio Amaral

PL 3627/2024

AUTOR: Max Lemos

Acrescenta-se o Art. 29A à Lei nº LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, para proteção das abelhas e seus habitats da destruição provocada por queimadas criminosas, reconhecendo seu papel essencial na polinização e na produção de alimentos.

RELATOR: Deputado Felipe Becari

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 3866/2024

AUTOR: Fábio Henrique

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

RELATOR: Deputado Felipe Becari

PL 4115/2024

AUTOR: Pedro Tourinho

Altera a Lei n. 7.797 de 10 de JULHO de 1989 e a Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995 para autorizar a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Meio Ambiente e de Enfrentamento aos Efeitos da Emergência Climática.

RELATORA: Deputada Elcione Barbalho

PL 4659/2024

AUTOR: Nilto Tatto

Institui o dia 19 de novembro como o Dia da Restauração Ecológica.

RELATORA: Deputada Iza Arruda

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 4953/2024

AUTOR: Amom Mandel

Institui a Lei de Educação e Conscientização sobre Saneamento Básico, com o objetivo de promover a educação da população sobre a importância do saneamento básico e da preservação ambiental, por meio de campanhas educativas e capacitação de agentes comunitários.

RELATOR: Deputado Junio Amaral

PL 81/2025

AUTORA: Dayany Bittencourt

Institui o Programa Reconstruindo um Lar, com o objetivo de auxiliar famílias de baixa renda na recuperação ou substituição de eletrônicos, móveis e eletrodomésticos danificados ou perdidos em decorrência de desastres ou catástrofes naturais, e concede benefício fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

RELATORA: Deputada Dilvanda Faro

PL 94/2025

AUTOR: Zé Trovão

Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a doação de equinos vítimas de maus-tratos para centros de equoterapia.

RELATOR: Deputado Junio Amaral

PL 257/2025

AUTOR: Delegado Bruno Lima

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, para incluir o bem-estar animal entre as prioridades de aplicação dos recursos.

RELATOR: Deputado Delegado Matheus Laiola

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 420/2025

AUTOR: Pedro Lucas Fernandes

Institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 456/2025

AUTOR: Pedro Aihara

Estabelece diretrizes e normas para a mobilidade urbana sustentável e para a expansão urbana ordenada, visando à prevenção de desastres no âmbito urbano, à redução das desigualdades sociais e ao incentivo de práticas sustentáveis no desenvolvimento urbano.

RELATORA: Deputada Duda Salabert

PL 537/2025

AUTOR: Marcelo Queiroz

Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias responsáveis pelo abastecimento de água potável e as companhias públicas de abastecimento de água de disponibilizarem pontos de hidratação para cães e gatos em situações de calor extremo.

RELATOR: Deputado Delegado Matheus Laiola

PL 997/2025

AUTOR: Marcos Tavares

Dispõe sobre a concessão de desconto no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) o Programa IR Verde Pet para contribuintes que adotarem animais resgatados de abrigos públicos e organizações não governamentais (ONGs) cadastradas, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 1437/2025

AUTOR: Gilvan Maximo

Dispõe sobre a proibição da adoção ou aquisição de animais de estimação por pessoas condenadas por maus-tratos a animais, crimes contra crianças e adolescentes, estabelece sanções pelo descumprimento, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PL 1962/2025

AUTOR: Saulo Pedroso

Reconhece como Utilidade Pública a Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Leme do Movimento Ecológico SOS Mogi Guaçu - APPAL, no município de Leme-SP.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 2487/2025

AUTOR: Raimundo Santos

Institui o Selo COP30, como certificação oficial a ser conferido por órgão competente do Poder Executivo, destinado a reconhecer empresas que promovam a adoção de práticas e investimentos voltados para o uso responsável dos recursos naturais e a redução do impacto ambiental, contribuindo com a eficiência energética no País.

RELATORA: Deputada Elcione Barbalho

PL 2648/2025

AUTORA: Silvye Alves

Altera a Lei Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena e prever multa nos casos de manutenção de cães acorrentados de forma permanente ou cruel.

RELATOR: Deputado Bruno Ganem

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL 3847/2025

AUTOR: Zucco

Cria o Cadastro Nacional e os Cadastros Estaduais de Protetores e Associações da Causa Animal, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Junio Amaral

PDL 167/2025

AUTOR: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL 171/2015

AUTOR: Rogério Peninha Mendonça

Altera os limites da Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim, criada pelo Decreto nº 528, de 20 de maio de 1992.

RELATOR: Deputado Clodoaldo Magalhães

PL 1765/2022

AUTOR: Diego Andrade

Classifica como de utilidade pública as barragens, sistemas de captação, condução, distribuição de água para irrigação e atividades agrossilvipastoris e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Ivan Valente

PL 1797/2022

AUTOR: Darci de Matos

Transfoma o Parque Nacional da Serra do Itajaí, nos Municípios de Ascurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos, no Estado de Santa Catarina em Floresta Nacional.

RELATOR: Deputado Delegado Matheus Laiola

PL 2388/2022

AUTOR: Ney Leprevost

Estabelece a criação de santuários ecológicos para a preservação de pássaros resgatados do tráfico ou comércio ilegal de animais.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL 2971/2022

AUTOR: Nilto Tatto

Dispõe sobre a aplicação de normas ambientais às atividades administrativas das Forças Armadas, às de preparo e emprego militar, bem como aos empreendimentos, obras e serviços no âmbito de cada Força.

RELATOR: Deputado Coronel Chrisóstomo

PDL 75/2023

AUTOR: Marussa Boldrin

Susta o Decreto nº 11.417/2023, que “Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.”

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

PL 2384/2024

AUTOR: Pezenti

“Lei Agenor Tupinambá” Descriminaliza a posse e legaliza a criação de animal silvestre não ameaçado de extinção.

RELATOR: Deputado Delegado Matheus Laiola

PL 3943/2024

AUTOR: Adriana Ventura e outro(s)

Altera o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, para dispor sobre a inclusão de incentivos para prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas irregulares.

RELATOR: Deputado Delegado Matheus Laiola

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL 4639/2024

AUTOR: Evair Vieira De Melo

Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dispor sobre a possibilidade de utilização da arbitragem para a solução de controvérsias ambientais nas condições que especifica.

RELATOR: Deputado Delegado Matheus Laiola

PL 156/2025

AUTOR: Adriana Ventura

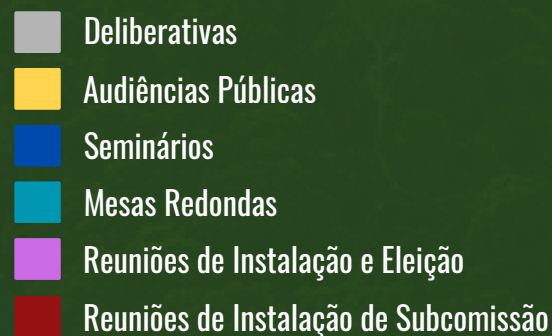
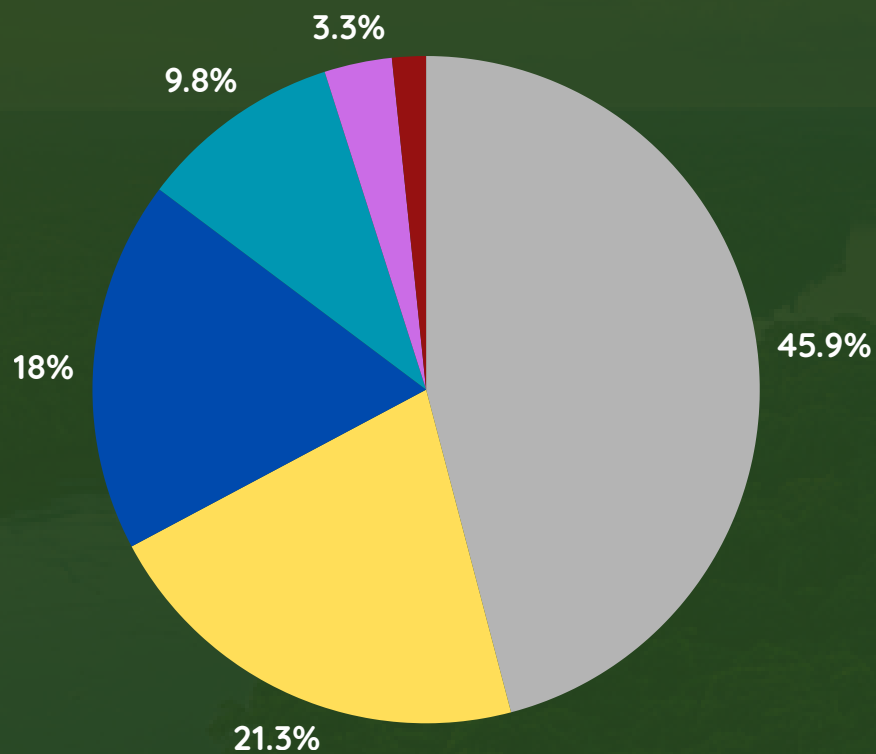
Dispõe sobre a solução de conflitos entre agentes econômicos que exercem as atividades de estocagem geológica de dióxido de carbono e de exploração e produção de hidrocarbonetos e minerais.

RELATOR: Deputado Nilto Tatto

Estadísticas

Reuniões

Reuniões	Quantidade
Deliberativas	28
Audiências Públicas	13
Seminários	11
Mesas Redondas	6
Reuniões de Eleição	2
Reunião Técnica	1
Total	62



Matérias Recebidas em 2025

Tipo	Apreciação	Quantidade
MSC	Plenário	1
PDL	Plenário	18
PL	Conclusivos	181
PL	Plenário	32
PLP	Plenário	9
REQ	N/A	140
	Total	381

Matérias na Comissão - Situação Atual*

Situação	Quantidade
Aguardando Designação de Relator(a)	74
Aguardando Encaminhamento	1
Aguardando Parecer	294
Aguardando Providências Internas	136
Prontas para Pauta	134
Tramitando em Conjunto	237
Total	878

Matérias Apreciadas em 2025

Tipo	Apreciação	Quantidade
PDL	Plenário	2
PL	Plenário	72
PLP	Plenário	3
REQ	N/A	109
SUG. LDO	N/A	48
SUG. LOA	N/A	28
	Total	262

*20/01/2026

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2026

EMENDA 1

Ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Para Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais

Valor: R\$ 500 Milhões

Deputados Solicitantes: Evair Vieira de Melo, Bruno Ganem, Felipe Becari, Duda Salabert, Luiz Carlos Busato, Túlio Gadêlha, Delegado Matheus Laiola, Nilto Tatto, Amom Mandel, Elcione Barbalho, Ivan Valente, Junio Amaral e Fernando Mineiro.

EMENDA 2

Ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Para Gestão Territorial e Socioambiental de Paisagens Rurais e dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

Valor: R\$ 100 Milhões

Deputados Solicitantes: Nilto Tatto, Amom Mandel, Delegado Matheus Laiola, Elcione Barbalho, Junio Amaral e Fernando Mineiro.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2026

EMENDA 3

Ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Para Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial

Valor: R\$ 400 Milhões

Deputados Solicitantes: Elcione Barbalho, Nilto Tatto, Amom Mandel, Delegado Matheus Laiola, Junio Amaral e Fernando Mineiro.

EMENDA 4

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Para Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias

Valor: R\$ 400 Milhões

Deputados Solicitantes: Elcione Barbalho, Ivan Valente, Chico Alencar, Amom Mandel, Nilto Tatto, Delegado Matheus Laiola, Junio Amaral e Fernando Mineiro.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2026

EMENDA 5

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO

Para Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Valor: R\$ 400 Milhões

Deputados Solicitantes: Ivan Valente, Chico Alencar, Elcione Barbalho, Nilto Tatto, Amom Mandel, Delegado Matheus Laiola, Junio Amaral e Fernando Mineiro.

EMENDA 6

Ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Para Gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Valor: R\$ 16 Milhões

Deputados Solicitantes: Evair Vieira de Melo, Zé Vitor, Junio Amaral, Carlos Henrique Gaguim, Elcione Barbalho, Nilto Tatto, Amom Mandel, Delegado Matheus Laiola e Fernando Mineiro.

COP30
BRASIL
AMAZÔNIA
BELÉM 2025

TIKETS

SEMPRE O BRASIL
NAS PESSOAS

A COP30 E O PROTAGONISMO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

A COP30 na Amazônia: um marco histórico para o Brasil

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém do Pará, marcou um capítulo histórico para o Brasil e para a agenda climática global. Pela primeira vez, a Conferência foi sediada na Amazônia, território central para o equilíbrio climático do planeta e símbolo dos desafios e das oportunidades associados à transição para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Sob a presidência da deputada Elcione Barbalho, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) acompanhou de forma ativa os debates da COP30, reafirmando o papel estratégico do Poder Legislativo na transformação dos compromissos internacionais em políticas públicas concretas, marcos legais eficazes e instrumentos de fiscalização.



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Diretrizes parlamentares para o enfrentamento da crise climática

Durante a Conferência, parlamentares de 47 países reuniram-se na Assembleia Legislativa do Pará, no âmbito da União Interparlamentar (UIP), e aprovaram um documento com **25 diretrizes parlamentares para o enfrentamento da crise climática**. O texto reconhece o aquecimento global como uma ameaça existencial, com impactos diretos sobre a segurança alimentar, hídrica e energética, sobre as infraestruturas nacionais, os sistemas financeiros e, de forma central, sobre os direitos humanos.

Entre os principais eixos aprovados, destacam-se a defesa de uma **transição energética justa e inclusiva**, com redução progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis e ampliação do uso de energias renováveis; o fortalecimento das políticas de adaptação climática, com atenção especial às populações mais vulneráveis; a valorização dos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais; a ampliação do papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento; e o reconhecimento do ecocídio como crime internacional.



Foto: Ricardo Stuckert / PR



Foto: Hermes Caruzo/COP30

Justiça climática, desigualdades e perspectiva de gênero

A atuação parlamentar na COP30 reforçou a compreensão de que a crise climática não pode ser dissociada das desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Em eventos paralelos organizados pela UIP, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, parlamentares e especialistas destacaram que mulheres, povos indígenas, populações negras e comunidades periféricas são desproporcionalmente afetados pelos impactos das mudanças climáticas. Nesse contexto, ganhou relevância o debate sobre a integração entre **gênero e clima**, com a defesa de que uma parcela dos investimentos climáticos seja destinada a políticas que enfrentem as desigualdades de gênero e promovam a proteção de mulheres e meninas, especialmente em territórios afetados por crimes socioambientais e eventos extremos.

O papel dos Paramentos na implementação das NDCs

Outro eixo central dos debates foi o papel dos Paramentos na implementação das **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**, previstas no Acordo de Paris. Diante da revisão das metas climáticas em 2025, parlamentares enfatizaram que a efetividade dessas contribuições depende de legislações nacionais robustas, de alocação orçamentária adequada e de mecanismos de fiscalização contínua. A COP30 evidenciou que a ambição climática exige coragem política, responsabilidade institucional e cooperação internacional



Foto: Ricardo Stuckert / PR

A atuação da CMADS e o fortalecimento do protagonismo brasileiro

A CMADS, ao longo de 2025, reafirmou esse compromisso ao articular o debate legislativo com os temas centrais da Conferência, como financiamento climático, justiça climática, proteção da biodiversidade, agricultura sustentável, cidades resilientes e transição energética. A presença ativa do Legislativo brasileiro na COP30 fortaleceu a posição do país nas negociações internacionais e destacou o Brasil como agente central na construção de soluções globais para a crise climática.



COP30, Amazônia e responsabilidade institucional

Ao sediar a COP30, o Brasil colocou o Pará e a Amazônia no centro do mundo. Ao participar ativamente de seus debates, o Parlamento brasileiro assumiu a responsabilidade de garantir que esse protagonismo se traduza em ações concretas, políticas públicas eficazes e benefícios reais para a população, especialmente para aqueles que vivem e protegem os territórios mais sensíveis às mudanças climáticas.



Parque da Cidade, Belém
Foto: Raphael Luz / Ag. Pará



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Considerações finais

A experiência da COP30 reafirmou, assim, o papel da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como espaço estratégico de diálogo, formulação e fiscalização, fortalecendo a convicção de que **desenvolvimento sustentável, justiça social e proteção ambiental** são dimensões indissociáveis do futuro do Brasil.

Elcione Barbalho
Deputada Federal (MDB-PA)
Presidente da CMADS



Secretaria

Raquel Carvalho Barreto

Cintia Costa de Abreu

Eliane de Oliveira

Elizabeth Gomes de Lima Santos

Renata Rodrigues de Figueiredo

Angelo Bôsko Machado de Andrade

Víctor Francisco Moreira Souza Vale (estagiário)

Menores aprendizes:

Arthur Andrade

Daniel Carvalho

Colaboração editorial:

Izamara Rocha de Abreu Sechler

Gabriella Julie do Rosário de Oliveira

